

O QUE OS AGENTES EDUCATIVOS PRECISAM DE SABER SOBRE OS ACORDOS DE COMÉRCIO MUNDIAIS



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale

Susan L. Robertson
Joanna Tidy
Santiago Ayuso Arcas

2017

About the authors:

Susan L. Robertson is Professor of Sociology of Education, University of Cambridge. She has written extensively on globalisation, education governance, markets and trade issues.

Joanna Tidy is a Post-Doctoral Fellow in the Department of Politics, University of Sheffield. She has expertise in international relations and a background in law.

Santiago Ayuso Arcas is a teacher and committed activist, and holds a Masters' Degree in Education Policy and Development, University of Bristol.

Dedicatória

Aos agentes educativos que se preocupam com o futuro da
próxima geração.

Acrônimos

ACTA	Anti-Counterfeiting Trade Agreement
BIA	Bridge International Academies
CETA	Comprehensive Economic Trade Agreement
DfID	Department for International Development
EUDS	European Union Directive on Services
GATS	General Agreement on Trade in Services
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GDC	Global Financial Crisis
GERM	Global Education Reform Movement
IFC	International Finance Corporation
IIA	International Investment Agreements
IP	Intellectual Property
ISDS	Investor State Dispute Settlement
MA	Mixed Agreement
MR	Mutual Recognition
NT	National Treatment
OECD	Organization for Economic Cooperation & Development
PTA	Preferential Trade Agreements
R&D	Research and Development
RTA	Regional Trade Agreements
SAPs	Structural Adjustment Policies
SDGs	Sustainable Development Goals
SSDS	State-State Dispute Settlement
TISA	Trade in Services Agreement
TPP	Trans-Pacific Partnership
TRIPS	Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
UNCTAD	United Nations Commission on Trade and Development
USAID	United States Aid Agency
WB	Bank of Reconstruction and Development
WIPO	World Intellectual Property Organization
WBG	World Bank Group
WTO	World Trade Organization

Índice

CAPÍTULO 1 TEMAS RELATIVOS AO COMÉRCIO

Introdução

Este relatório

CAPÍTULO 2 COMPETING AGENDAS – PROFITS VS RIGHTS

Introdução

Neoliberalismo e serviços públicos

A nível mundial-economias de conhecimento competitivas

Mercados, “*Marketização*” e ‘mercados emergentes’

Promotores vs Críticos

Conclusões

CAPÍTULO 3 TRADE AGREEMENTS - GATS AND ITS CRITICS

Introdução

A OMC e os GATS

Contestar os GATS – defensores dos direitos humanos

Conclusões

CAPÍTULO 4 FÓRUM acordos comerciais preferenciais – mudanças e ISDS

Introdução

Acordos comerciais preferenciais e acordos de investidores internacionais

Mecanismos de resolução de litígios

Casos

Conclusões

CAPÍTULO 5 SITUAÇÃO ATUAL - TISA, TPP, CETA E TTIP

Introdução

Acordo sobre o comércio de serviços

Parceria transpacífica

Acordo económico e comercial global

Parceria transatlântica de comércio e investimento

Padrões e problema - detalhes

- Situação dos serviços públicos
- Acordos de reconhecimento mútuos
- Aquisições públicas
- Propriedade intelectual e fluxos de informação transfronteiriços
- Mercado laboral

Conclusões

CAPÍTULO 6 OBJETIVOS DO ENSINO – DOS ODM AOS ODS

Introdução

Os objetivos de desenvolvimento sustentável

Os ODS e a Educação – desafios

Conclusões

CAPÍTULO 7 CONCLUSÕES

Introdução

10 razões para dizer NÃO

Uma agenda alternativa: alguns passos em direção a um
ensino no Estado democrático

Capítulo 1

Temas relativos ao comércio

Introdução

Os agentes educativos não entendem em geral que a questão das “negociações comerciais” seja um tema em relação ao qual tenham que estar informados. As suas preocupações prendem-se, e bem, com outros domínios, designadamente quem está a aprender o quê, os desafios das novas políticas de responsabilização na área da educação, como gerir as inovações curriculares, ou a partilha de dados sobre o desempenho dos alunos. Termos como ‘comércio internacional de serviços educacionais’, ‘aprovisionamento transfronteiriço’, ‘tratamento nacional’, ‘*status-quo*’, ‘lista negativa’ e ‘ajustamento’ – para indicar apenas alguns que são usados na negociação de acordos comerciais internacionais e investimentos – e que são estranhos intrusos no mundo da educação.

Porém, a educação é um setor agora incluído num conjunto de negociações e acordos comerciais e de investimento em curso ou recentemente concluídas e a aguardar ratificação. E não nos referimos apenas ao ensino superior, mas a todos os níveis, desde os primeiros anos de escolarização, ao ensino para adultos e ao superior, que estão também incluídos.

Como é possível, perguntar-se-ão, não estarmos a par destes fatos? A resposta é simples. Muitas destas negociações têm-se realizado em segredo, para grande consternação dos que se preocupam com elaboração democrática de políticas. Os ‘wikileaks’ ocasionais, a ‘adivinhação’ baseada em acordos estabelecidos recentemente (tal como Parceria transpacífica (TPP) em 2015, e Acordo económico e comercial global (CETA) em 2016), ou a utilização do ‘melhor’ acordo de comércio livre (tal como o UE-Coreia) como ponto de referência, tem dado margem a muitos comentários.

Os negociadores são dos departamentos do comércio e não da área da educação, sendo pouco provável que os agentes educativos os conheçam de todo. Estes negociadores trabalham aos níveis nacionais do Governo, ao passo que muitos dos sistemas de educação estão organizados aos níveis sub-nacional ou provincial. Esta situação torna os negociadores invisíveis para os

agentes educativos, e dessa forma extremamente poderosos, pois não são obrigados a prestar contas ao setor.

O simples fato de conhecer estes acordos comerciais representa uma dor de cabeça. A maior é a linguagem usada para descrever a educação como fazendo agora parte de uma economia de bens e serviços sujeita às regras internacionais sobre comércio e investimento. É necessária uma grande capacidade de decodificação e tradução para que estes acordos sejam acessíveis ao público em geral. A outra dor de cabeça é o enorme volume de páginas; o recém-concluído TPP tem cerca de cinco mil e quinhentas páginas, com anexos muitíssimo longos. E este é apenas um acordo de uma série que existe.

Será que algum destes acordos comerciais têm interesse para os agentes educativos? Como irão constatar a partir da leitura deste relatório, a resposta é SIM! Interessa já que o objetivo global destas negociações é: em primeiro lugar, reestruturar a educação e incluí-la no setor dos serviços comercializáveis aberto aos investidores; e, em segundo lugar, estes acordos de comércio têm por objetivo introduzir novos enquadramentos e mecanismos regulamentares para garantir que a educação não só continue no rápido caminho rumo a uma maior liberalização do mercado, mas que os interesses dos investidores sejam protegidos limitando para o efeito os espaços de tomada de decisão dos Governos.

Estes acordos de comércio terão um impacto muito grande nas economias menos robustas, sobre as condições de trabalho dos agentes educativos, sobre os custos das aquisições públicas quando abertas aos investidores internacionais, sobre a regulação do conhecimento e utilização de dados, sobre o reconhecimento das credenciais, e assim por diante. Em conjunto, estes enquadramentos, mecanismos e execuções legais irão funcionar em prol dos interesses dos países mais poderosos, das grandes multinacionais e outras entidades com fins lucrativos, em vez dos agentes educativos, cidadãos, processos democráticos e desenvolvimento sustentável.

Esta reestruturação contrasta com os fins gerais da educação; dispor das condições para educar a próxima geração para que tenham a imaginação, e os meios, para construir um futuro socialmente justo e sustentável. Esta visão está na base dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O cumprimento destes objetivos até 2030 irá forçar o espaço político a experimentar políticas e práticas que funcionam nos novos contextos (Nussbaum, 2010). A perda de espaço político porque é uma condição imposta pelos acordos de comércio, significa deitar por terra a possibilidade de tornar possíveis outros mundos que não seja o mundo dominado pelos interesses da prossecução do lucro (Sennett, 2006).

Este relatório pretende colocar algumas perguntas difíceis sobre o comércio da educação. Por exemplo, como e porque razão chegamos a esta situação? Como e porque razão é que a educação, como um benefício e um direito humano, foi reestruturada e se transformou num 'setor de serviços educativos'? Que papel está o Governo a desempenhar na abertura da educação aos interesses do setor privado e às empresas com fins lucrativos, e ao permitir que a educação faça parte dos acordos de comércio? E, por último, quais são as implicações deste enquadramento do mercado/comércio para a educação democrática e futuros sustentáveis?

Este relatório

Neste relatório iremos explorar as condições económicas, políticas e sociais mais vastas, as agendas do desenvolvimento, as combinações de atores e os instrumentos normativos, que em conjunto desafiaram a ideia de, e as condições para, uma educação como serviço público e um direito humano inserindo-a no mercado e no enquadramento com fins lucrativos dos acordos de comércio.

Para além dos acordos de comércio TPP e do CETA já publicados (TPP tem 5.544 páginas), este relatório baseia-se numa revisão extensa e sistemática realizada por especialistas e em literaturas cinzentas sobre a mundialização, regionalização, instituições multilaterais, economias de serviços baseadas nos conhecimentos, mercados da educação, agendas do desenvolvimento e negociações comerciais. Contamos também com uma enorme quantidade de material de páginas da web especializadas sobre o estado das diferentes negociações comerciais e possíveis resultados, dos Ministérios do Comércio a vários sítios web de controle dos cidadãos e *wiki-leaks*.

No Capítulo 2 descrevemos a paisagem global da educação no sentido de revelarmos as agendas concorrentes em torno da educação com fins lucrativos versus educação como um direito humano. Discutimos as mudanças ideológicas que conduziram à criação de novas formas de pensar sobre o setor público e à forma de trabalhar o setor público. Examinamos o papel dos empresários das políticas – das institucionais às nacionais e mundiais – que normalizaram as conversas sobre os mercados de educação, economias baseadas no conhecimento com competitividade a nível mundial, o comércio na educação e a educação como um mercado emergente.

O Capítulo 3 examina esforços anteriores para incorporar a educação no *Acordo geral sobre Comércio de Serviços (GATS)* da Organização Mundial do Comércio (OMC), e nos *Aspetos dos*

Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (TRIPS), no início de 1996 (Robertson et al., 2002; Kelsey, 2008; Verger, 2010). Demonstramos que apesar dos sistemas multilaterais de negociações através dos GATS e dos TRIPS terem paralisado, não quis dizer que os que contestavam a inclusão dos serviços públicos nos acordos de comércio tivessem garantido uma vitória. Em vez disso, revelamos uma proliferação de acordos de comércio preferenciais bilaterais (PTA) e Acordos de comércio regionais (RTA) que emergiram desde 2005. A este respeito cabe destacar as preocupações levantadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) relativamente à perda de espaço nacional de decisão política por consequência dos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado (ISDS).

No Capítulo 4 apresentamos uma série de casos que foram analisados à luz dos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado. Fazemos uma reflexão sobre a forma como estes mecanismos funcionam e o que nos dizem sobre a maneira como os investidores estrangeiros, em particular de países desenvolvidos poderosos, veem as sentenças serem pronunciadas a seu favor em resultado do enviesamento sistemático por parte dos árbitros.

O essencial do nosso Relatório encontra-se no Capítulo 5 onde apresentamos a atual ronda de negociações comerciais e os acordos estabelecidos em que a educação faz parte do setor dos serviços – Acordo sobre o comércio de serviços (TISA), Parceria transpácífica (TPP), Acordo económico e comercial global (CETA) e a Parceria transatlântica de comércio e investimento (TTIP). Descrevemos de forma detalhada os que estão envolvidos e as razões, a situação relativamente ao âmbito das negociações, os principais mecanismos incluídos no acordo e se e de que forma a educação está incluída. Concluimos com a identificação das questões globais sobre as quais os agentes educativos se devem debruçar; a inclusão da educação enquanto serviço comercial; os direitos dos trabalhadores; reconhecimento mútuo e competências; contratos públicos; propriedade intelectual e a regulamentação relativa aos dados.

No Capítulo 6 examinamos a nova agenda do desenvolvimento global – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – relativa aos sistemas de educação que deverá ser cumprida até 2030. São inúmeros os objetivos que devem interessar os agentes educativos; Objetivo 4 – *qualidade do ensino*; Objetivo 5 – *igualdade de género*; Objetivo 8 – *trabalho digno e crescimento económico*, Objetivo 10 – *redução das desigualdades*, e Objetivo 17 – *parcerias*. Para que sejam eficazes, TODOS os objetivos requerem um elemento essencial que os acordos de comércio visam alcançar; espaço para políticas para ser usado pelos governos e agentes educativos que permita a experimentação, reflexão crítica, diálogo e reversões de

políticas. O cumprimento dos ODS irá depender de uma agenda aberta para benefício da sociedade num contexto mais amplo, em vez dos investidores e das grandes multinacionais.

No Capítulo 7 final apresentamos duas conclusões. Uma primeira com a lista das 10 razões para dizer NÃO a estes acordos de comércio. Uma segunda que apela aos passos que poderíamos dar para conseguirmos uma educação em nome da justiça social, como parte dos ODS e o tipo de oportunidades educativas que as gerações futuras merecem.

O nosso objetivo global ao elaborarmos este Relatório é ajudar os agentes educativos a desenvolver um nível de conhecimento crítico em torno da relação entre a comercialização e a privatização da educação e de que forma estas dinâmicas estão relacionadas com as negociações comerciais. A nossa esperança é que o leitor possa ser capaz de ver por que razão é importante e, a partir dessa conclusão, de que forma estas observações o ajudam a agir.

Capítulo 7

Conclusões

10 razões para dizer NÃO

Uma agenda alternativa: alguns passos em direção a um ensino no Estado democrático

Introdução

As nossas conclusões gerais deste relatório estão divididas em duas partes. Na primeira parte descrevemos as 10 razões para dizer NÃO aos acordos de comércio na área da educação. Na segunda parte apresentamos medidas que nos distanciam da forma limitada de conceber a educação numa perspetiva economicista e de lucro, e nos garantem o respeito pelos direitos de todos os cidadãos de puderem dar a sua opinião sobre o seu futuro e o das gerações futuras.

10 razões para dizer NÃO aos acordos de comércio

Poderão os acordos de comércio resultar numa educação democrática com futuros sustentáveis? Resposta? NÃO. As razões abaixo explicam porque razão.

Razão 1: Não existe uma 'dissociação' da educação.

Não existe uma 'dissociação' da educação e, embora os Governos tenham o poder para isso, não têm querido fazê-lo. Em suma, estamos perante uma situação em que a educação está incluída no setor dos serviços ou como serviço de utilidade pública, sujeito a limitações ou exclusões a serem listadas, e mecanismos do tipo 'stand-still' (define a educação no seu estado atual de liberalização sem inversões exceto quando se trata de pagar aos investidores rendimentos futuros perdidos), 'cláusulas de ajustamento' (toda a nova liberalização fica automaticamente trancada no futuro a ser liberalizado), 'regulamentação nacional' (que não deverá ser pesada) e 'resolução de litígios' (através de sistemas privados de arbitragem cujas decisões tendem a privilegiar os interesses dos investidores estrangeiros)

Razão 2: Listas negativas – trancado num futuro neoliberal

Todas as atuais negociações comerciais envolvem alguma espécie de lista negativa. Uma lista negativa significa listar todas as reservas que possam aplicar-se. A frase, *lista-as ou perde-as*, aplica-se neste caso. Neste contexto, todas as reservas possíveis são conhecidas e consideradas, tanto agora como em relação ao futuro.

Razão 3: Os mecanismos de resolução de litígios entre investidores e o Estado (ISDS) funcionam no interesse de grande multinacionais e não dos agentes educativos e alunos

O mecanismo de resolução de litígios entre investidores e o Estado (ISDS) continua a forma especialmente preferida pelos Estados Unidos nos acordos que envolvem os EUA; TISA, TPP e a TTIP. O CETA inclui agora uma versão revisitada do mecanismo ISDS, embora os analistas considerem que as melhorias são muito ténues. O ISDS continua a ser um direito exclusivo para os investidores estrangeiros, que podem assim utilizar um sistema de arbitragem muito diferente daquele que é utilizado pelos investidores nacionais. Os analistas revelam que este sistema de arbitragem funciona a favor de países ocidentais poderosos e das suas multinacionais.

Razão 4: Existe uma tensão inerente entre os serviços públicos e os acordos de comércio neoliberais

Existe uma tensão inerente entre os serviços públicos e os acordos que regulam o comércio de serviços. Os serviços públicos estão orientados para atenderem as necessidades sociais básicas de uma forma “barata”, universal e numa base sem fins lucrativos”, o que significa que muitas vezes são acompanhados pela regulamentação relativa à comercialização. Ora esta situação choca com os objetivos dos acordos de comércio que passam por promover a exploração dos serviços como um produto.⁷

Razão 5: alguns países tendem a ser os decisores a nível mundial e outros simplesmente os que as acatam

⁷ Convém notar que os impactos do ISDS não têm sido homogéneos e tendem a favorecer os investidores do Norte (global). Barlow (2015: 8) afirma que a maioria dos casos são instaurados pelas multinacionais do Norte (global) contra países no Sul (global) tendo 60% dos casos sido decididos a favor do investidor privado (Mann, 2015).

As grandes economias desenvolvidas do 'ocidente/norte', em especial os EUA e a Europa, consideram-se como 'fazedoras' de regras no que respeita ao comércio de serviços, em vez de serem as que as 'respeitam' simplesmente. Estas nações têm liderado as negociações comerciais da maneira mais adequada aos seus interesses, enquanto que os resultados das arbitragens, através dos mecanismos de resolução de litígios, parecem estar sistematicamente distorcidos a seu favor.

Razão 6: Liberalização progressiva significa redução das barreiras não pautais – o que significa normas menos rigorosas, piores condições de trabalho, perda de autonomia profissional, custos mais elevados dos produtos do conhecimento

Todos os acordos de comércio que envolvem serviços estão empenhados na liberalização progressiva dos seus setores de serviços através da supressão de barreiras não pautais. Embora nas várias sínteses dos resultados ou comunicados de imprensa esteja presente uma linguagem que refere a 'proteção dos níveis de vida', face às pressões concorrenciais, as condições de trabalho e a proteção das qualificações profissionais não pode ser garantida.

Razão 7: Sigilo é antidemocrático

Estes acordos de comércio foram sobretudo negociados em segredo de forma paralela a algum aumento da transparência por parte da UE relativamente a propostas e ofertas nas negociações mais controversas no âmbito do TTIP. Esta situação é antidemocrática e é contrária aos princípios de boa governação e princípios dos direitos humanos.

Razão 8: Natureza inconstitucional da ratificação

Todos os acordos terão que ser ratificados pelos Governos parceiros. Contudo no caso da Europa, Canadá e EUA (CETA, TTIP) trata-se de Governos federais (i.e. Canadá, Austrália) ou órgãos regionais (Comissão Europeia) sem competência nos setores como a educação em relação os quais estão a negociar. No caso do CETA e da TTIP, ainda que os Estados membros da UE não tenham ratificado o acordo nos seus parlamentos, o acordo irá ser aplicado provisoriamente.

Razão 9: Estreitar dos espaços políticas e das políticas

Os acordos de comércio atuais têm tido a mesma ambição: fechar o espaço para as políticas para que os interesses dos investidores sejam protegidos, em vez dos espaços para as políticas serem o resultado de processos democráticos que permitem que haja uma discussão pública, um diálogo e novas direções.

Razão 10: A promessa de crescimento para todos graças ao comércio e à educação é não só simplista como está errada

Todos os Governos que negociam acordos de comércio prometem aos seus cidadãos que esses acordos irão contribuir para fazer crescer a economia e a riqueza; que tudo será melhor. Esta dança de números – em que todos saem vencedores – precisa de ser vista com ceticismo. As ‘provas’ apresentadas para apoiar esta alegação são as previsões com base na modelização que não têm em conta os ajustamentos macroeconómicos e sociais. A evidência sugere que sempre que há ganhos em termos de produtividade, estes são pequenos. O resultado global é a perda de produtividade para os países menos fortes.

Uma agenda alternativa: medidas em prol de uma educação democrática

Dizer NÃO é a resposta às injustiças que os acordos de comércio prometem, partindo do princípio de que são ratificados. Mas também é importante que enquanto agentes educativos estes últimos apresentem uma configuração, e um gráfico, descrevendo um caminho de desenvolvimento alternativo que nos possa conduzir nas direções que almejem explicitamente o desenvolvimento de uma promessa de educação que se distancie do domínio do pensamento neoliberal e da conseqüente miséria para a maioria, e prémios gordos apenas para alguns.

Isto significa ter que revelar as limitações dos ODS e saber que lições tirar.

O principal pressuposto do paradigma dos ODM era de que a pobreza era criada sobretudo devido a fatores internos que poderia ser eliminada principalmente por via de uma reforma interna apoiada por fundos estrangeiros. Apesar dos ODM se

terem focalizado no desempenho dos agentes locais... A realidade, no entanto, é que as principais estruturas que perpetuam a pobreza, a desigualdade e a marginalização existem e grande medida devido à forma como as estruturas externas se articulam com as estruturas internas nacionais are. Além disso, esta articulação é um processo dinâmico, sendo o principal motor a mundialização orquestrada pelas multinacionais (Bello, 2013: 95-96).

Têm surgido evidências consideráveis relativamente aos efeitos totais das políticas neoliberais sobre as sociedades à volta do mundo. A mundialização orquestrada pelas multinacionais, promovida pelo banco mundial, pela Organização Mundial do Comércio e por muitos doadores ocidentais, conduziu – não a um círculo virtuoso de crescimento para todos, mas em vez disso, a um padrão de espiral descendente de declínio e de crise.

Estas políticas têm tido consequências profundas, não apenas para os países em desenvolvimento, como também para os países de rendimentos médios e mais elevados, em que as classes média e trabalhadora têm sofrido o maior impacto dessas políticas anteriormente apontadas como 'promotoras de crescimento para todos' (Brown et al., 2011). Mais importante ainda o facto de os orçamentos da educação terem sido cortados sob o pretexto da austeridade, tendo as famílias por um lado, e os que lecionam em instituições de ensino, por outro, visto os seus padrões de vida gravemente afetados.

O antigo economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz (2013), o economista-sénior do Banco Mundial, Branco Milanovic (2011), Thomas Piketty, (2014) e Anthony Atkinson (2015), todos destacam o aumento das desigualdades em resultado das políticas neoliberais orquestradas pelas multinacionais, incluindo nos EUA (que surge agora como um dos países mais desiguais do mundo comparativamente à sua posição nos anos 70s), a Austrália, o Reino Unido, a Nova Zelândia, e por toda a Europa, em particular desde 2008. Se de facto existe quem tirou partido destas políticas, só poderão ser as elites mundiais na área das finanças e as multinacionais, juntamente com as camadas superiores dos administradores – o 1% dos 10% principais – cujas fortunas cresceram de forma dramática.

Ao traçar as opções para o Paradigma de desenvolvimento pós-2015 em 2013, Bello refere muitos dos que vieram a tornar-se em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; clima, desigualdade, segurança alimentar e industrialização. Ausentes da lista dos ODS, mas presentes na lista de Bello estão a desmercadorização dos comuns em resultado da privatização dos bens públicos, medidas de proteção social abrangentes no sentido de limitar e garantir a saúde, a re-regulação financeira para limitar a corrupção e o

aumento do número de paraísos fiscais, bem como o cancelamento da dívida com taxa de juro elevado. Ausente da lista de Bello está um outro sinal importante; a criação de instituições políticas e o desenvolvimento e proteção das normas e práticas da participação democrática, deliberação e representação com o objetivo de assegurar uma trajetória de desenvolvimento que traga justiça social.

Atkinson (2015: 21) descreve um caso mais desenvolvido no seu livro sobre *Desigualdade* relativamente ao que é necessário para que a sociedade seja mais igual à luz de um compromisso de todo um Governo. As propostas e ações incluem estratégias também elas alinhadas com de Bello, mas mais precisas; reduzir a pobreza, através do aumento da carga fiscal nos escalões elevados, aumento do IRC, dos escalões de pagamento nacionais, emprego público garantido e um regime fiscal mundial baseado na riqueza total que colocaria limites no papel dos paraísos fiscais que escondem riqueza.

O objetivo do nosso relatório é chamar a atenção para o fato destas propostas necessitarem de decisões políticas tomadas a vários níveis – do local ao mundial. Necessitam ainda de abertura aos tipos de propostas que Atkinson e outros apresentaram; uma proposta que avance com um novo paradigma de desenvolvimento em termos políticos, o espaço para debater e possuir estas propostas e o poder de regulação dos Governos e de outras organizações para concretizar estas ações. Os que trabalham no domínio Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem colocar no centro a sua defesa da sustentabilidade, e um mundo mais equitativo e socialmente justo.

References

- Adams, B., (2015) Public SDGs or Private GGs, <https://www.globalpolicywatch.org/blog/2015/09/25/public-sdgs-or-private-ggs/>
- Armstrong, S. (2011), *Australia and the Future of the Trans-Pacific Partnership Agreement*, *Eaber Working Paper Series*, 71, http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1970129
- Aaronson, S. A., (2016) The Digital Trade Imbalance and its Implications for Internet Governance, Paper Series No. 25, Waterloo: Global Commission on Internet governance.
- Atkinson, A., (2015) *Inequality: What Can Be Done?* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Australian Government, Department for Foreign Affairs and Trade (2016), "Trans-Pacific Partnership Outcomes: Education Services", <https://dfat.gov.au/trade/agreements/tpp/Documents/outcomes-education-services.pdf>
- Ball, B., S., (2007) *Education plc.*, London and New York: Routledge.
- Ball, S. (2012) *Global Education Inc.*, London and New York: Routledge.
- Barlow, M. (2015), *Fighting TTIP, CETA and ISDS: Lessons from Canada*, Report, The Council of Canadians. <http://www.s2bnetwork.org/wp-content/uploads/2015/09/fighting-ttip-ceta-isds-lessons-from-canada-maude-barlow1.pdf>
- BBC (2016), "Trans Pacific Partnership trade deal signed in Auckland", February 4, <http://www.bbc.co.uk/news/business-35480600>
- Bello, W., (2013) Post-2015 development assessment: proposed goals and indicators, *Development*, 56 (1), pp. 93-102.
- Bennet, N., 2014. 'Health concerns raised over EU-US trade deal'. *The Lancet*, 384(9946), pp.843-844.
- Berger, P., Berger, B., and Keller, H., (1974) *The Homeless Mind*, New York: Vintage Books.
- Bernasconi-Osterwalder, N and Dietrich Brauch, M (2014) *The State of Play in Vattenfall v. Germany II: Leaving the German public in the dark*, International Institute for Sustainable Development, <http://www.iisd.org/sites/default/files/publications/state-of-play-vattenfall-vs-germany-ii-leaving-german-public-dark-en.pdf>
- Bhagwati, J., Krishna, P. and Panagariya, A., (2015) "Where is the world trade system heading?" *Adephi Review*, DOI: 10.1080/19445571.2014.1019714, pages 17-38.

Bridge International Academies (2016) *BIA-Prospectus*, <https://srv-file1.gofile.io/download/FuMEhT/9526d03554e7152001f7e46846d2902e/BIA-Prospectus.pdf>

Brown-Martin, G., (2016) Education in Africa, <https://medium.com/learning-re-imagined/education-in-africa-1f495dc6d0af#.d85v2leh5>

Brown, P. Lauder, H. and Ashton, P., (2011) *The Global Auction*, Oxford: Oxford University Press.

Capling, A., & Ravenhill, J. (2011). "Multilateralising regionalism: what role for the Trans-Pacific Partnership Agreement?" *The Pacific Review*, 24(5), 553-575.

Chandy, L. and Gertz, G., (2011) With little notice, globalization reduced poverty, Yale Global Online, (<http://yaleglobal.yale.edu/content/little-notice-globalization-reduced-poverty>)

Correa, C., (2016) Intellectual Property and Access to Science, Research Papers 69, Geneva: South Centre

Curtis, J. M., (2012) *Intellectual Property Rights and International trade: An Overview. Paper Series No. 3*, Waterloo: Global Commission on Internet governance.

Curtis, J.M. (2015), "The Trans-Pacific Partnership (TPP): An Overview", *The School of Public Policy: SPP Communiqué*, University of Calgary, 7(6), <http://www.policyschool.ucalgary.ca/sites/default/files/research/tpp-curtis.pdf>

Darie, T. (2016), "Backers of the Trans-Pacific Partnership trade pact pin hopes on lame-duck Congress", *St Louis Post-Despatch*, March 22, http://www.stltoday.com/business/local/backers-of-the-trans-pacific-partnership-trade-pact-pin-hopes/article_48dbf2aa-24e7-5d0d-90a6-d47226f9fd9f.html

Davies, H., (2014a) *Transatlantic Trade and Investment Partnership (T-TIP)*, EUA Background Paper, January, Brussels: European University Association.

Davies, H., (2014b) *Transatlantic Trade and Investment Partnership (T-TIP)*, Update No. 2, August, Brussels: European University Association.

Davies, H., (2014c) *Transatlantic Trade and Investment Partnership (T-TIP)*, Update No. 4, August, Brussels: European University Association.

Davies, H., (2015) *EUA Statement on TTIP and TISA* January, Brussels: European University Association.

Davies, H., (2016a)

Davies, H., (2016b) *EUA Special Update on EU Trade Agreements and on the Recognition of Professional Qualifications*, Brussels: EUA.

Das, S. B., (2016) Labour Provisions for the Trans-Pacific Partnership and How they may Affect Southeast Asian Countries, *Perspective*, ISEAS June 28th.

Dearn, M. and Karunanathan, M., (2015), 'Privatising public services is no way to fund sustainable development', *The Guardian*, 21 May, <http://www.theguardian.com/global->

development/2015/may/21/privatisation-public-services-sustainable-development-investor-state-dispute-settlement

Deming, D. J., Goldin, C., & Katz, L. F. (2011). *The for-profit secondary school sector: nimble critters or agile predators?* National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

European Commission (2008) 12008M/PRO/26 Consolidated version of the Treaty on European Union - PROTOCOLS - Protocol (No 26) on services of general interest Protocol 26, <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:12008M/PRO/26&from=EN>

European Commission (2013) Negotiations for a Plurilateral Agreement on Trade in Services, Europa Communique de Presse, Memo/13/107, Brussels: European Commission, (15th February) [<http://europa.ed/rapid/press-release MEMO-13-107 en.htm>]

European Commission (2016a), In Focus: Trade in Services Agreement, http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/tisa/index_en.htm

European Commission (2016b) CETA – Summary of the final negotiating results, Brussels: European Commission.

European Commission (2017) US-EU Joint Report on TTIP Progress to Date, Brussels: European Commission.

European Parliament (2015), Written answer, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getAllAnswers.do?reference=E-2015-004250&language=EN>

Education International (2016) *El Briefing Note on the Trans-Pacific Partnership*, Brussels: Education International

European Trade Union Committee for Education (2014) Statement on the Transatlantic Trade and Investment Partnership, Brussels: Education International.

Fain, P. (2014a May 20) Laureate looks forward, Inside Higher Ed, May 20th, (<https://www.insidehighered.com/news/2014/05/20/ceo-global-profit-its-expansion-accreditation-and-profit-debate>)

Fain, P. (2014b). "Moody's Downgrades Laureate's Credit Outlook." Inside Higher Ed, June 2. <https://www.insidehighered.com/quicktakes/2014/06/02/moodys-downgrades-laureates-credit-outlook>.

Fergusson, I. F., McMinimy, M. A., & Williams, B. R. (2015). *The Trans-Pacific Partnership (TPP): In brief* (CRS Report R44278). Washington, DC: Congressional Research Service.

Freshfields (2015), 'Unanimous \$405m ICSID award issued in Suez, et al. v. Argentine Republic', 13 April, http://www.freshfields.com/en/news/Unanimous_ICSID_award_issued/?LangId=2057

Friends of the Earth (2014) *The Hidden Cost of EU Trade Deals*, Friends of the

Earth Europe [https://www.foeeurope.org/hidden-cost-eu-trade-deals – last accessed 12th August, 2015]

Geist, M., (2016) The trouble with the TPPs copyright rules, Ottawa: Canadian Centre for Policy Alternatives.

Gill, S., (2003) *Power and Resistance in the New World Order*, New York: Palgrave.

Goldstein, H., (2016) The role of private school chains in Africa, <http://hgeduc.blogspot.co.uk/2016/06/normal-0-false-false-false-en-gb-x-none.html>

Global Affairs Canada, (2015) *Cases Filed Against the Government of Canada*, <http://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/topics-domaines/disp-diff/AbitibiBowater.aspx?lang=eng>

Global Edge (2016), TPP History, <http://globaledge.msu.edu/trade-blocs/tpp/history>

Gould, E. (2014), *The really good friends of transnational corporations agreement*, Public Services International

Hamilton, D.S. (2014) "America's Mega-Regional Trade Diplomacy: Comparing TPP and TTIP", *The International Spectator*, 49:1, 81-97

Hartnett, M., Leung, B., and Marcus, J., (2014) *A transforming world, The Thundering World*, New York: Bank of America, Merrill Lynch. <https://mlaem.fs.ml.com/content/dam/ML/Articles/pdf/ATW-The-Thundering-Word.pdf>

Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press: Oxford.

Hobsbawm, E. (1994) *Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991*, London: Abacus.

Hood, C. (1991) *A Public Management for All Seasons? Public Administration* 69 1991: 3-19.

Howard, R. (2016), "Trans-Pacific Partnership trade deal signed, but years of negotiations still to come", Reuters, February 4, <http://www.reuters.com/article/us-trade-tpp-idUSKCN0VD08S>

Hurst, D. (2015), 'Australia wins international legal battle with Phillip Morris over plain packaging' *The Guardian*, <http://www.theguardian.com/australia-news/2015/dec/18/australia-wins-international-legal-battle-with-philip-morris-over-plain-packaging>

ICTSD (2013) 'Services Talks Advance as TISA Members Prepare to Exchange Offers', *Bridges*, 17 (31), <http://www.ictsd.org/bridges-news/bridges/news/services-talks-advance-as-tisa-members-prepare-to-exchange-offers>

ICTSD (2015) 'Mauritius First African Country to Join TISA Negotiations', *Bridges*, 16 (9), <http://www.ictsd.org/bridges-news/bridges-africa/news/mauritius-first-african-country-to-join-tisa-negotiations>

- Keall C., (2016), "Trump Trashes 'Horrible' TPP", NBR, March 13, <http://www.nbr.co.nz/article/trump-trashes-horrible-tpp-ck-186175>
- Kelsey, J., (2008) *Serving Whose Interests? The Political Economy of Trade in Services Agreements*, Abingdon, UK and New York: Routledge-Cavendish.
- Krajewski, M., (2010) *Model clauses for the exclusion of public services from trade agreements*, European Public Service Unions with Gerechtigkeits Muss Sein.
- Lane, J., and Kinser, K., (2014). Managing the oversight of international branch campuses in higher education. *Higher Education Management and Policy*, 24(3), 161–176.
- Laureate Education (2015) About [<http://www.laureate.net/AboutLaureate>]
- Leiva, M.T.G. (2015) The EU-Canada CETA and the diversity of cultural industries: hegemony or resistance, A paper presented at the IAMOR Conference, Montreal, July 12-16.
- Leys, C., (2003) *Market-Driven Politics: Neoliberal Democracy and the Public Interest*, London and New York: Verso
- Lubienski, C., (2013) Privatising form or function? Equity, outcomes and influence in American charter schools, *Oxford Review of Education*, 39:4, 498-513,
- Macpherson, I. (2014) The private school promise, In I. Macpherson, S. Robertson, and G. Walford (eds) *Education, Privatisation and Social Justice: Case Studies from Africa, South Asia and South East Asia*, Oxford: Symposium Books.
- Macpherson, I., Robertson, S., and Walford, G., (2014) *Education, Privatisation and Social Justice: Case Studies from Africa, South Asia and South East Asia*, Oxford: Symposium Books.
- Mann, H. (2015) *ISDS: Who Wins More, Investors or States?* IISD for UNCTAD. June 24.
- Marchetti, J., and Roy, M., (2013) The TISA Initiative: An Overview of market Access Issues, WTO Staff Working Paper. No. ERSD-2013-11.
- Marginson, S., & Considine, M. (2000). *The Enterprise University: Power, governance and reinvention in Australia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Milanovic, B., (2011) *The Haves and the Have Nots*, New York: Basic Books.
- Office of the US trade representative (2016) 'Trade in Services Agreement', <https://ustr.gov/TISA>
- Office of the US Trade Representative (2016), *What is TPP?* <https://ustr.gov/tpp/#what-is-tpp>
- OECD (2016) *Education at a Glance*, Paris: OECD.

- Palmer, D. (2015) 'Uruguay, Paraguay drop out of TiSA talks', 9 September, Bialterals.org. <http://www.bilaterals.org/?uruguay-paraguay-drop-out-of-tisa>
- Peng, S.Y. (2013), "Is the Trade in Services Agreement (TiSA): A Stepping Stone for the Next Version of GATS?" *HKLJ*, 43(2), 611-632
- Piketty, T., (2014) *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge: Harvard University Press.
- Poulson, L., (2014) Bounded rationality and the diffusion of modern investment treaties, *International Studies Quarterly*, 58, pp. 1-4.
- Putz, C. (2016). "TPP: The Ratification Race is On", *The Diplomat* February 5, <http://thediplomat.com/2016/02/tpp-the-ratification-race-is-on/>
- Rajamoorthy, T. (2013). "The Origins and Evolution of the Trans-Pacific Partnership (TPP)", *Third World Resurgence*, 275 (July), <http://www.globalresearch.ca/the-origins-and-evolution-of-the-trans-pacific-partnership-tpp/5357495>
- Redden, E., & Fain, P. (2012, October 10). Going global. *Inside Higher Ed*. Retrieved on May 17, 2015, from <https://www.insidehighered.com/news/2013/10/10/laureates-growing-global-network-institutions>
- Riechert, c. (2015) TPP to remove government procurement barriers, retrieved from <http://www.zdnet.com/article/tpp-to-remove-government-procurement-barriers/>
- Riep., C and Macacek, M., (2016) *Schooling the Poor Profitably*, Brussels: Education International.
- Robertson, S. Bonal, X and Dale, R. (2002) *GATS and the Education Service Industry*, 46 (4), pp. 472-96.
- Robertson, S., Novelli, N., Dale, R., Tikly, L., Dachi, H., and Alphonse, A., (2007) *Globalisation, Education and Development*, London: DfID.
- Robertson, S., and Verger, A., (2012) Governing education through Public Private Partnerships, In S. Robertson, K Mundy, A Verger and F. Menashy (eds.) *Public Private Partnerships in Education: New Actors and Modes of Governance in a Globalising World*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Robertson, S., Mundy, K., Verger, A., and Menashy, F., (2012) *Public Private Partnerships in Education: New Actors and Modes of Governance in a Globalising World*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Robertson, S. and Komljenovic, J., (2016) Unbundling the university and making higher education markets, in Verger, A., Lubienski, C., Steiner-Kamsi, G. (eds). (2016) *The Global Education Industry* (Vol. 2016). (World Yearbook in Education). London: Routledge
- Russell, D.R. (2014). "Transatlantic Interests in Asia", Remarks, Chatham House, London, January 13, US Department of State, <http://www.state.gov/p/eap/rls/rm/2014/01/219881.htm>

- Russo, C. (2015), 'Suez Wins \$405 Million Arbitration Ruling in Argentina Dispute', *Bloomberg*, April 9,
<http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-04-09/suez-wins-405-million-arbitration-ruling-in-argentina-dispute>
- Sahlberg, P., (2013) Global education reform movement is here, at
<http://pasisahlberg.com/global-educational-reform-movement-is-here> -
- Samra, H.J and Juchawski, A., (2015), Investor-state dispute settlement in the newly signed Trans-Pacific Partnership, *International Arbitration Newsletter*, Dec 17,
<https://www.dlapiper.com/en/uk/insights/publications/2015/12/international-arbitration-newsletter-q4-2015/investor-state-dispute-settlement/>
- Sauve, P. (2002) Trade, Education and the GATS: What's In, What's Out, What's All the Fuss About? Paris: OECD.
- Sauve, P., (2014) A Plurilateral Agenda for Services? Assessing the case for a Trade in Services Agreement (TISA), Geneva: NCCR Trade Regulation
- Scherrard, J., (2014) *Transatlantic Trade and Investment Partnership: A Threat to UK Education*, London: University College Union
- Sinclair, S. (2014), *Investor-State Dispute Settlement in the TTIP and CETA: Submission to the European Commission's Public Consultation*, Canadian Centre for Policy Alternatives.
- Sinclair, S. (2014), *Investor-State Dispute Settlement in the TTIP and CETA: Submission to the European Commission's Public Consultation*, Canadian Centre for Policy Alternatives.
- Sinclair, S. and Mertins-Kirkwood, H., (2014). TISA versus public services
- Singh, K. (2014) *Right to Education, Report of the Special Rapporteur on the Right to Education*, Geneva: Human Rights Council.
- Stiglitz, J., (2013) *The Price of Inequality*, New York: Penguin.
- Sulkowski, A. J., (2015) Investor-State Dispute Settlement in NAFTA, TPP, and T-TIP: Back to the Future? May 11. Available at SSRN:
<http://ssrn.com/abstract=2605133>
- Thielman, S. (2015), "Hillary Clinton's U-turn on TPP deal has team working overtime ahead of debate", *The Guardian*, October 13,
<http://www.theguardian.com/us-news/2015/oct/13/hillary-clinton-trans-pacific-partnership-debate>
- Thompson, G. (2013) *Investor-state dispute settlement (ISDS) and the Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)*, Briefing paper, House of Commons Library, www.parliament.uk/briefing-papers/SN06777.pdf
- Tomasevski, K., (2001) *Annual Report of the Special Rapporteur on the Right to Education, submitted to the Commission on Human Rights*, Economic and Social Council, New York.
- Tooley, J., (1999) *The Global Education Industry: Lessons from Private Education in Developing Countries*, London: IEA and IFC.

TUC (2016) 'TUC position on the Trade in Services Agreement (TiSA)' <https://www.tuc.org.uk/international-issues/tuc-position-trade-services-agreement-tisa>

Tuerk, E., (2014) *Preparatory process for the Third International Conference on Financing for Development, Presentation to Trustee Council Chamber, United Nations, New York, 10th December.*

UIS and GEM Report, (2016) *Leaving no one behind: how far on the way to universal primary and secondary education? Policy Paper 27/Fact Sheet 37*, Paris and Montreal: UNESCO Institute for Statistics and Global Education Monitoring Report.

UNCTAD (2014a) *Trade and Development Report, 2014, Overview*: Geneva: UNCTAD.

UNCTAD (2014b) *Investor-State Dispute Settlement: UNCTAD Series on Issues in International Investor Agreements II*, Geneva: UNCTAD.

Van Harten, G., (2012) *Arbitrator Behaviour in Asymmetrical Adjudication: An Empirical Study of Investment treaty Arbitration*, Osgoode Hall Law School, Research Paper 41/2012, New York: New York University.

Van Harten, G., (2016) *Key Flaws in the European Commission's Proposals for Foreign Investment Protection*, Osgoode Hall Law School, Research Paper 16, New York: New York University

Verger, A., (2010) *WTO/GATS and the Global Politics of Higher Education*, New York and London: Routledge.

Verger, A., Lubienski, C., and Steiner-Khamsi, G., (eds) (2016) *The Global Education Industry, World Yearbook 2016*, London and New York: Routledge.

Vincenti, D., (2012) 'EU and 'good friends' weigh international services pact', 9 October, EuroActiv <http://www.euractiv.com/section/trade-society/news/eu-and-good-friends-weigh-international-services-pact/>

Webb, D., (2017) *CETA: the EU-Canada Free Trade Agreement*, Briefing Paper, No. 7492, 17 January, London: House of Commons Library.

Wiborg, S. (2010) *Swedish Free Schools: Do they work?* published by the Centre for Learning and Life Chances in Knowledge Economies and Societies at: <http://www.llakes.org>

Williams, B.R. (2013), *Trans-Pacific Partnership (TPP) Countries: Comparative trade and economic analysis*, Washington, DC: Congressional Research Service

Winham, G., (2005) The evolution of the global trading regime, in J. Ravenhill (ed.), *Global Political Economy*, Oxford: Oxford University Press.

Wischenbart, R., (2016) *IPA Global Publishing Statistics*, <http://www.internationalpublishers.org/images/data-statistics/2012/ipa-global-publishing-statistics-2.pdf>

Xu, B. (2014), *Abenomics and the Japanese Economy*, Council on Foreign Relations.

Yoshida, R. (2016), "Japanese lawmakers lock horns over TPP" The Japan Times, April 5,
<http://www.japantimes.co.jp/news/2016/04/05/business/japanese-lawmakers-lock-horns-tpp/#.VwTxOz-J-Ho>